

TECENDO O PASSADO: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA SÓCIO-CULTURAL DA MATERNIDADE E SEUS IMPACTOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA

WEAVING THE PAST: AN ANALYSIS OF THE SOCIO-CULTURAL HISTORY OF MOTHERHOOD AND ITS IMPACTS FROM AN EXISTENTIALIST PERSPECTIVE

TEJIENDO EL PASADO: UN ANÁLISIS DE LA HISTORIA SOCIOCULTURAL DE LA MATERNIDAD Y SUS IMPACTOS DESDE UNA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA

Letícia Volkmann Putini¹
Sarah Isabelle Soares Berlanda²
Ana Claudia Kissner Batista³

RESUMO: Este artigo explora a complexa história sócio-cultural da maternidade a partir de uma abordagem existencialista, analisando como a experiência materna foi moldada por fatores históricos, sociais e culturais. A maternidade, muitas vezes idealizada como um instinto natural, revela-se, na verdade, como uma construção social que atravessa diferentes contextos e épocas. O estudo aborda as transformações emocionais e psíquicas que acompanham a maternidade, assim como o impacto das expectativas sociais na formação da identidade materna. Além disso, a Psicologia Perinatal é destacada como um campo importante para o cuidado mental das mães, oferecendo suporte essencial em face das pressões contemporâneas. Este trabalho, ao recorrer a uma revisão integrativa da literatura, oferece uma visão abrangente sobre as dinâmicas que afetam a vivência da maternidade nos dias de hoje.

2578

Palavras-chave: Identidade materna. Expectativas sociais. Ideais. Psicologia perinatal. Existencialismo.

ABSTRACT: This article explores the complex socio-cultural history of motherhood from an existentialist approach, analyzing how the maternal experience has been shaped by historical, social and cultural factors. Motherhood, often idealized as a natural instinct, turns out to be, in fact, a social construction that crosses different contexts and times. The study addresses the emotional and psychic transformations that accompany motherhood, as well as the impact of social expectations on the formation of maternal identity. Furthermore, Perinatal Psychology is highlighted as an important field for the mental care of mothers, offering essential support in the face of contemporary pressures. This work, using an integrative review of the literature, offers a comprehensive view of the dynamics that affect the experience of motherhood today.

Keywords: Maternal identity. Social expectations. Ideals. Perinatal psychology. Existentialism.

¹Discente, Centro Universitário Univel.

²Discente, Centro Universitário Univel.

³Especialização em Psicologia Fenomenológica-Existencial. Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI.

RESUMEN: Este artículo explora la compleja historia sociocultural de la maternidad desde un enfoque existencialista, analizando cómo la experiencia materna ha sido moldeada por factores históricos, sociales y culturales. La maternidad, muchas veces idealizada como un instinto natural, resulta, en realidad, una construcción social que atraviesa diferentes contextos y épocas. El estudio aborda las transformaciones emocionales y psíquicas que acompañan a la maternidad, así como el impacto de las expectativas sociales en la formación de la identidad materna. Además, la Psicología Perinatal se destaca como un campo importante para el cuidado mental de las madres, ofreciendo un apoyo esencial frente a las presiones contemporáneas. Este trabajo, a partir de una revisión integradora de la literatura, ofrece una visión integral de las dinámicas que afectan la experiencia de la maternidad en la actualidad.

Palabras clave: Identidad materna. Expectativas sociales. Ideales. Psicología perinatal. Existencialismo.

1. INTRODUÇÃO

Em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir (p.11), nos apresentava a ideia de que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Afinal, não seria a biologia ou o poder econômico que determinariam a posição da fêmea em meio à sociedade, mas diversos conceitos da civilização que elaboram e qualificam o ser feminino nesse meio.

Compreendendo que a maternidade carrega em si uma multiplicidade de sentidos e paradoxos, sendo mais do que uma simples relação biológica entre mãe e filho, podemos perceber um meio onde também nos constituímos como sujeito nesse movimento dialético ora citado. Ser mãe transcende a genitora, assumindo diferentes formas, desde a mulher que gesta e dá à luz, até àquela que assume a responsabilidade afetiva e legal pelo filho, mesmo sem laços biológicos (Iaconelli, 2023); a maternidade se configura então, como um espaço socialmente construído, permeado por expectativas, desafios e contradições.

A partir do momento em que a gravidez se torna realidade, inicia-se a formação da relação materno-filial e uma série de mudanças nas relações familiares. Nesse período, a mulher vivencia sentimentos ambivalentes, pois se depara com transformações interpessoais, intrapsíquicas, físicas e emocionais. Angústias relacionadas à capacidade de cuidar do bebê, de estabelecer um vínculo emocional autêntico com ele, de criar uma rede de apoio e de reorganizar sua autoidentidade são comuns nesse momento (Alves; Santos; Haslinger; Costa; Ramirez; Kruehl, 2011).

O parto transcende um mero evento físico, configurando-se como um marco transformador na vida da mulher. Essa experiência, marcada por intensa carga emocional,

confronta a fantasia do bebê idealizado com a realidade do ser que nasce (Bonifácio, 2023). Na sociedade ocidental contemporânea, o “dispositivo materno” é visto como a chancela de um amor bem-sucedido. As expectativas em relação à maternidade são muitas, e essa idealização cria um choque entre o que elas imaginam sentir e a realidade vivenciada, podendo ocasionar frustração e culpa (Laguna; Lemos; Ferreira; Gonçalves, 2021).

Como afirma Bonifácio (2023), a história da humanidade oferece uma perspectiva intrigante para compreender a complexa interação entre maternidade e os processos que vão desde a concepção e se perpetuam por toda a vida do novo sujeito. Os padrões de maternar têm sido moldados por características e mudanças distintas em cada período histórico, variando de acordo com fatores como gênero, raça, etnia, classe social e idade.

Frequentemente a maternidade é vista como a realização plena do destino fisiológico da mulher, uma vez que seu corpo está intrinsecamente preparado para a perpetuação da espécie. No entanto, é importante notar que a sociedade humana não permanece exclusivamente sob a influência da natureza. Ao longo dos últimos séculos, a reprodução deixou de ser exclusivamente determinada pelo acaso biológico, passando a ser influenciada pela vontade consciente das pessoas (Beauvoir, 2019).

Todavia, à medida em que o conceito de “instinto materno” atribuído ao feminino reveste-se e se reinterpreta enquanto fenômeno científico, maiores são os desafios impostos à mulher durante a maternidade. Ainda que o amor da mãe pelos filhos seja uma temática constante ao longo da história, verifica-se que as normas morais e ideológicas ligadas à esse afeto foram cuidadosamente construídas. Logo, deixa-se de compreender este amor enquanto uma questão contingente, como é o caso de todos os tipos de amor, e passa-se compreendê-lo enquanto inerente à natureza feminina (Iaconelli, 2023).

Neste sentido, as movimentações feministas surgem a partir do reconhecimento de que as experiências individuais de dor, silêncio, raiva ou percepção, não são apenas pessoais, mas refletem uma condição cultural compartilhada, contribuindo diretamente para a ressignificação do maternar, assim como do sentir e das relações num geral. Esse reconhecimento permitiu às mulheres habilitarem-se e capacitarem-se de maneiras inéditas, abrindo caminho para transformações significativas. Ora, um dos primeiros marcos do feminismo, que surgiu dos movimentos políticos da Revolução Francesa, concentrou-se principalmente na busca pela igualdade de direitos legais entre homens e mulheres (Zanello *et. al.*, 2015).

No entanto, nota-se que o estigma associado ao mito do amor materno impedirá, muitas vezes, que as mulheres busquem a ajuda profissional necessária, fazendo com que muitas dessas dificuldades passem despercebidas ou sejam subdiagnosticadas. Zanello *et. al.* (2015) sinalizam que o silêncio que permeia a experiência perinatal também contribui para o sofrimento das mulheres. A crença de que a maternidade deve ser natural e livre de obstáculos impede a expressão de preocupações e a busca por apoio, levando a um isolamento emocional prejudicial.

Nessa perspectiva, a Psicologia Perinatal emerge como um campo promissor e essencial para o cuidado integral da saúde mental durante o ciclo gravídico-puerperal. Dedicando-se ao estudo e à intervenção nos aspectos psicológicos relacionados ao pré-natal, parto e puerpério; este campo de atuação reconhece a importância da saúde mental para todos os cuidadores, a fim de promover o desenvolvimento saudável da família (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

Com base nesse contexto, este artigo, utilizando a metodologia de revisão integrada da bibliografia, busca descrever amplamente o desenvolvimento do conceito de maternidade e as metodologias empregadas por pesquisadores na investigação do tema (Botelho *et al.*, 2011; Rother, 2007). Dessa forma, pretende-se oferecer uma análise científica das características sociais e culturais que moldam o conceito contemporâneo de maternidade, bem como examinar como essas dinâmicas podem refletir na experiência de cada mulher.

2. MÉTODOS

A pesquisa narrativa, conforme proposta por Clandinin e Connelly (2011), se caracteriza por integrar a narrativa tanto como especificidade quanto como método investigativo. Essa abordagem possibilita aos pesquisadores explorar a estrutura das experiências humanas e os padrões que permeiam sua investigação. A narrativa, além de registrar eventos, promove uma reflexão sobre as vivências, contribuindo para a construção do conhecimento e a autorreflexão dos participantes envolvidos no estudo (Cintra *et. al.*, 2020).

Ademais, essa metodologia fomenta um ambiente propício para que os sujeitos da pesquisa compartilhem suas histórias, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das práticas cotidianas e das dinâmicas sociais. Por meio das narrativas, é possível acessar não apenas dados objetivos, mas também as emoções, os significados e os contextos que configuram as experiências humanas (Teno, 2013).

Nesse contexto, a importância de escutar e interpretar histórias individuais torna-se evidente, uma vez que elas revelam desafios, conquistas e transformações que métodos de

pesquisa tradicionais podem não captar de forma abrangente. Para a coleta de dados, utilizou-se a plataforma Google Acadêmico, com a busca de termos como “maternidade”, “história da maternidade” e “psicologia”. Tal abordagem não apenas enriquece o processo investigativo, como também favorece o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, promovendo uma compreensão mais ampla das interações entre experiências passadas e práticas presentes (Sousa & Cabral, 2015).

3. DISCUSSÃO

3.1 História e Evolução da Maternidade

O dinamismo da história da maternidade transcende o aspecto biológico, refletindo profundas transformações no âmbito social, cultural e histórico. Desde os primórdios, a figura da mulher e o ato de maternar foram ressignificados em diversas ocasiões. Durante a Idade Média, a maternidade era vista como uma função subalterna, e a mulher era relegada ao papel de procriadora, sem qualquer reconhecimento social ou emocional. Seu valor era medido pela capacidade de gerar herdeiros, especialmente homens, para assegurar a continuidade das linhagens nobres. Nesse contexto, a mulher era considerada um objeto de reprodução, sem autonomia ou direitos sobre sua existência ou a criação de seus filhos (Bonifacio, 2023).

2582

Ao longo da história, o conceito de maternidade e o sujeito-mãe foram modelados por discursos e contingências sociais, culturais e econômicas. Durante os séculos XVI e XVII, práticas como o uso de amas-de-leite se expandiram da aristocracia para outras classes sociais, e os recém-nascidos frequentemente eram afastados dos cuidados maternos. As amas-de-leite, muitas vezes em condições precárias, contribuíam para a alta mortalidade infantil da época, agravada por doenças e fome. No século XVIII, com a consolidação dos Estados nacionais, a necessidade de uma população saudável transformou as atitudes em relação à infância e à maternidade (Marcello, 2009).

Em meio a esse cenário, a maternidade foi transformada em um dispositivo estratégico para responder às novas demandas sociais e políticas. As mães, especialmente das classes média e alta, foram incentivadas a cuidar diretamente dos filhos. Ao final do século XVIII, emergiu a diferenciação clara entre os sexos, abandonando o modelo de "sexo único" centrado no masculino. A Revolução Francesa e seus ideais de igualdade tornaram essa hierarquia insustentável, necessitando a legitimação de novas normas sociais (Marcello, 2009).

Essa visão começa a se modificar no final da Idade Moderna, entre os séculos XVII e XIX, com o advento do capitalismo e a ascensão da burguesia. A divisão entre as esferas públicas e privadas redefiniu os papéis familiares, atribuindo à mulher a função central de cuidado dos filhos e gestão do lar. A maternidade passou a ser reconhecida como um fenômeno social, e não apenas biológico. A partir de 1790, surgiram publicações médicas orientando as mães sobre os cuidados com os bebês, incluindo a amamentação, que passou a ser vista como obrigação natural das mulheres (Bonifacio, 2023).

Com o século XIX e a crescente influência dos movimentos feministas, a maternidade foi novamente ressignificada. O feminismo trouxe à tona debates sobre os direitos das mulheres, incluindo o direito de escolha sobre a maternidade, questão que ganhou importância no pós-Primeira Guerra Mundial. Naquela época, havia uma pressão social para que as mulheres tivessem mais filhos, com o objetivo de reverter a queda populacional causada pelo conflito. Simultaneamente, o feminismo defendia a valorização da maternidade, mas sob a ótica da autonomia e do respeito aos direitos das mulheres (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

O século XX trouxe mudanças significativas na forma como a maternidade é percebida. As lutas feministas e os avanços nos direitos das mulheres promoveram maior equidade de gênero, impactando diretamente a experiência da maternidade. A inserção das mulheres no mercado de trabalho reconfigurou os papéis sociais, com as mulheres assumindo múltiplas funções: trabalhadoras, mães e cuidadoras. No entanto, essa multiplicidade de funções gerou novos desafios, como a sobrecarga física e emocional, especialmente para aquelas que não dispõem de uma rede de apoio adequada (Vazquez, 2014).

Nesse contexto, a psicologia perinatal emergiu como uma área essencial para explorar as experiências emocionais e psicológicas das gestantes e puérperas. Este campo de estudo reconhece que a maternidade é envolta de transformações, que perpassam todos os significantes da vida psicossocial de quem a experiência e, assim, proporciona espaço de escuta e acolhimento para a história da maternidade, esta que é singular para cada sujeito e reflete as dinâmicas sociais e culturais de cada época. Desta forma, desempenha um papel crucial nesse cenário, oferecendo suporte e intervenções que garantem o bem-estar das mães e de seus bebês, promovendo uma maternidade mais consciente e apoiada por redes de suporte social e familiar (Fonseca, 2023).

Logo, ao acompanharmos este percurso da transformação histórica da maternidade, o que se revela é que as práticas maternas e a identidade da mãe não são universais ou naturais,

mas, sim, construções culturais e históricas que atendem a demandas específicas de cada época. O biopoder, conforme descrito por Foucault (2008), atuou de maneira decisiva para configurar a maternidade como um dispositivo central na modernização social, com a mulher sendo encarregada não apenas do cuidado infantil, mas também do futuro da sociedade.

3.2 Identidade Feminina e Papéis Maternos

A construção do feminino ocorre dentro das esferas sociais, envolvendo a representação dos corpos, da sexualidade e das relações de gênero. Nessas relações, o poder, conforme a perspectiva de Foucault, cria normas que afetam ou buscam definir a condição feminina; ele argumenta que o sujeito é resultado das interações entre conhecimento e poder, moldado pelas relações que o envolvem, o que permite falar sobre uma construção diária do feminino (Machado *et. al.*, 2019).

A dialética entre o eu e o outro é fundamental na experiência humana, pois o outro atua como mediador, alterando a autopercepção e a interação com o mundo. O olhar do outro transforma a consciência espontânea em reflexiva, rompendo com a alienação. As atitudes existenciais, como masoquismo e sadismo, refletem formas extremas de lidar com a alteridade. Em contrapartida, o “ser-com” implica reconhecimento mútuo, promovendo a reciprocidade e contribuindo para a liberdade e o desenvolvimento da personalidade social (Schneider, 2023).

2584

É importante reconhecer que as identidades, inclusive de gênero, são formadas por meio de discursos e contextos culturais, não sendo algo fixo ou imutável. Moura e Araújo (2004), destacam a importância de refletir sobre as condições de maternidade e as formas que o sentimento materno tem assumido na sociedade atual.

Como afirma Schneider (2023), o ser humano é uma totalidade corpo-consciência em constante interação com o mundo, cuja subjetividade é moldada por relações com a materialidade, o corpo e a temporalidade. A consciência se diferencia do ego, que resulta das interações sociais, enquanto o “desejo de ser” impulsiona a práxis humana. A personalidade, composta por estados, ações e qualidades, representa um eu em constante totalização.

Neste sentido, verifica-se que o papel da mulher no cuidado dos filhos tornou-se cada vez mais exclusivo ao longo do último século, à medida que a determinação biológica da maternidade se tornava menos relevante. Enquanto as taxas de natalidade diminuíram, a educação das crianças começava mais cedo e a presença das mulheres no mercado de trabalho aumentava, assim, a ideologia da “mãe moral” se fortalecia ainda mais (Moura e Araújo, 2004).

Na visão tradicional, a mulher era confinada aos papéis de mãe e esposa, com responsabilidades focadas em cuidar e manter o lar. No entanto, as mudanças na estrutura familiar moderna, impulsionadas pelas lutas e conquistas feministas, agora incluem a discussão sobre o direito das mulheres de controlar seus próprios corpos, sua sexualidade e sua capacidade de reprodução (Del Priore, 1993).

A conjugalidade, como parte da condição feminina, também foi estudada. O papel de esposa é um componente significativo da identidade feminina, adquirido dentro do ambiente familiar. As responsabilidades atribuídas à esposa, ou seja, o que se espera das mulheres, são influenciadas pelas diferenças de gênero e são transmitidas para as próximas gerações (Hintz, 2007). A modernidade trouxe novas configurações familiares, onde a conjugalidade é exercida de maneira mais flexível, permitindo a emergência de novos papéis para as mulheres. Esses novos padrões não só modificam a maneira de ser mulher e esposa, mas também afetam a forma de ser mãe (Ramos, 2013).

Sob essa perspectiva, a própria ideia de corpo é criada e modificada pelos processos culturais que moldam a natureza e a biologia. Assim, é no âmbito social que os corpos adquirem significado. A marca do gênero feminino no corpo carrega as influências culturais, e a identidade de gênero e sexual é formada e determinada pelas relações sociais, portanto, as identidades sociais são definidas dentro de contextos culturais e históricos específicos (Machado *et. al.*, 2019).

Para Sartre (1943/1997, pág. 303), o corpo não é um objeto inerte, mas uma forma de estar no mundo. Ele é o meio pelo qual nos relacionamos com o ambiente e com os outros. O corpo nos permite agir e interagir, e por meio dele sentimos e experimentamos a realidade externa. O corpo, portanto, não pode ser dissociado da consciência. Um ponto crucial da corporeidade sartreana é que o corpo é também o que aparece para o outro. Quando sou visto pelo outro, meu corpo é objetificado; ele se torna algo que está à mercê do olhar do outro. Nesse sentido, o corpo é sempre vivido como um potencial objeto de julgamento ou apropriação pelos outros. Essa relação com o outro cria o que Sartre chama de angústia, já que ao sermos olhados, perdemos o controle absoluto sobre nossa própria subjetividade.

Sartre (1943/1997, pág. 347), associa o corpo à angústia porque, ao mesmo tempo em que é um meio de liberdade e ação, ele também nos revela a nossa vulnerabilidade e contingência. A facticidade do corpo nos lembra que somos finitos, sujeitos à doença, ao envelhecimento e à

morte. No entanto, Sartre argumenta que essa mesma facticidade nos força a confrontar nossa liberdade e responsabilidade por criar sentido em nossas vidas.

A liberdade, segundo a psicologia de Sartre, é uma condição ontológica do ser humano, intrínseca à sua existência e não limitada por situações externas. O ser humano se define por suas escolhas, que, mesmo em contextos históricos e sociais, refletem sua autonomia. A função imaginária permite ao sujeito transcender o presente e projetar o futuro, promovendo mudanças, mas também pode levar à alienação. Assim, a liberdade se compromete com o futuro, sendo um processo contínuo de auto-redefinição em busca de um projeto de vida (Schneider, 2023), que pode, ou não - para a mulher-, envolver o maternar.

Segundo Pinto (2004), a definição de gênero trata-se de uma organização cultural dos corpos feminino e masculino, que estabelece restrições e deveres para indivíduos de ambos os sexos. Existe uma hierarquização dos corpos dentro de uma complexa rede de poder socialmente construída para definir os papéis sociais. Assim, o gênero não se limita à anatomia, ele define, na verdade, o discurso que a envolve. Portanto, o gênero é um resultado desse discurso, sustentando, criando ou alterando-o conforme a aceitação social.

A responsabilidade pelo cuidado e criação dos filhos recai sobre as mulheres, mesmo em casais que anteriormente dividiam as tarefas domésticas de forma igualitária. A rotina dos casais antes do primeiro filho, em alguns casos, envolve a colaboração de ambos nas tarefas do lar. No entanto, com a chegada do bebê, a mulher frequentemente assume a responsabilidade principal pelos cuidados do novo integrante da família. Em outras palavras, mesmo uma mulher cercada por privilégios enfrenta discriminações de gênero ao se tornar mãe (Valente, 2024).

Podemos perceber assim, que a maternidade provoca mudanças significativas na vida das mulheres, alterando suas rotinas e levando-as a reavaliar seus valores e prioridades. Qualquer entendimento sobre a vida das mães é insuficiente se não levar em conta como a maternidade influencia a maneira como elas percebem e experienciam o mundo (Valente, 2024).

Segundo Mendonça *et. al.* (2014), socialmente, essa mulher entrará em um novo papel social, enfrentando novas responsabilidades e pressões. As questões ligadas à socialização de gênero e à divisão sexual do trabalho se tornarão mais evidentes para ela, dependendo de sua posição social.

Embora todos passem por mudanças ao longo da vida, a velocidade e a profundidade das

transformações que a maternidade traz são significativas em comparação com outras transições. Dessa forma, a experiência da maternidade posiciona cada mulher em uma nova categoria social e a insere em um novo ambiente cultural (Mendonça *et. al.*, 2014).

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, houve uma transformação no significado de ser mulher, o que impactou as relações com os homens, a conjugalidade e a vida familiar. A identidade feminina começa a incorporar esses novos valores. Na contemporaneidade, ela é definida não apenas pelo "outro", mas também pelas próprias mulheres, com base em suas necessidades de bem-estar, seus projetos de vida e sua posição no mundo (Ramos, 2013).

Um estudo realizado com mulheres que são chefes de famílias na região central de Santos-SP revelou que a habilidade de criar os filhos e gerir as finanças, aliada às responsabilidades de dona de casa e chefe de família, fortalece a assertividade feminina. Ao assumirem o comando de suas famílias, essas mulheres tendem a romper com a divisão tradicional de papéis, onde o homem é visto como o provedor e a mulher como dependente e submissa (Diogo, 2015).

Diogo (2015) ainda discorre que, dessa forma, elas afirmam sua identidade como mulheres e provedoras de seus lares, fortalecendo sua identidade feminina. Para as mulheres deste estudo, o trabalho representa não apenas a sobrevivência material de suas famílias, mas também um elemento indispensável para sua autonomia.

As mudanças nas sociedades ocidentais em relação à procriação e ao cuidado dos filhos resultam da interação entre as condições materiais e as transformações no pensamento e no imaginário social. Isso altera os significados atribuídos aos relacionamentos e papéis sociais, exigindo novas adaptações nos contextos sociais. Refletir sobre a construção social da maternidade ao longo do tempo pode enriquecer a discussão sobre as demandas das novas configurações familiares, muitas vezes desatendidas pelos modelos familiares tradicionais (Gradvohl *et. al.*, 2014).

É crucial reconhecer a grande desigualdade de gênero no que diz respeito ao "cuidar". A autora Diogo (2015) pontua que é essencial que os profissionais que trabalham com famílias reavaliem suas próprias concepções sobre as funções parentais, adotando uma visão que promova maior versatilidade nos papéis ocupados por homens e mulheres. Isso pressupõe a busca por relações mais equitativas no cuidado dos filhos, especialmente daqueles que requerem atenção especial.

Neiman (2023) destaca que os termos mãe e gestante não são necessariamente sinônimos. Embora possam coincidir em certos casos, essa coincidência não abrange toda a diversidade da realidade social. Existem pessoas que assumem o papel de mães sem ter vivenciado a gestação, seja por meio de adoção ou em relacionamentos homoafetivos. Além disso, é crucial reconhecer que a experiência da gestação vai além da concepção tradicionalmente associada a uma mulher jovem e branca, frequentemente vista como um padrão na sociedade. Afinal, a construção da maternidade tem como base a idealização da família burguesa, associando o papel da mulher à figura de uma mãe protetora e totalmente dedicada à família. Assim, a mulher é vista como a principal responsável pelas práticas de cuidado com os filhos, à família e às tarefas domésticas (Melgarejo, 2023).

Não obstante, nota-se que as concepções tradicionais sobre a função materna, naturalizada e socialmente construída em uma sociedade patriarcal e sexista, estão sendo reforçadas pelas transformações econômicas e políticas da atualidade, empurrando as mulheres de volta ao mundo privado. Mesmo aquelas que conquistaram alguma igualdade de oportunidades em relação aos homens estão sendo relegadas novamente ao ambiente doméstico, agora sob o pretexto do instinto materno, com a expectativa de que se dediquem exclusivamente à maternidade, pois seu lugar continua a ser, social, política e economicamente, na esfera doméstica (Melgarejo, 2023).

O instinto materno é visto socialmente como algo natural para todas as mulheres, fortemente influenciado por fatores culturais, ideológicos e pelas condições históricas, sociais e econômicas de cada época. Há uma pressão social significativa para que a mulher se realize apenas através da maternidade, deixando em dúvida se esse desejo é genuíno ou uma resposta às coerções sociais (Moraes *et. al.*, 2015).

Segundo Vazquez (2014), o feminismo contemporâneo busca quebrar as categorias rígidas e definidas em torno da "identidade feminina", pois a luta contra a sociedade disciplinar, que historicamente oprimiu as mulheres através de ideais estereotipados de maternidade, deve ser conduzida contra a imposição de uma identidade sexual fixa, e não em prol dela. Nesse contexto, acredita-se que o corpo feminino (e a maternidade associada a ele) pode ser um elemento central na forma como as mulheres se relacionam com o mundo.

O movimento feminista do século XXI adota uma nova perspectiva, indo além das discussões sobre a maternidade e superando a noção de diferença de gênero. Esse movimento busca construir uma sociedade onde os limites de gênero não sejam fatores de discriminação

ou exclusão. Nessa nova visão, a maternidade é entendida como uma experiência ética plural, que deve ser analisada considerando as diversas realidades históricas, sociais e culturais de mulheres e homens. Assim, a maternidade também se torna um elemento fundamental nas relações de poder que moldam a sociedade (Vazquez, 2014).

3.3 Desafios Psíquicos e Sociais da Maternidade

De acordo com a filósofa francesa Elisabeth Badinter, as mulheres enfrentam uma crescente pressão para ter filhos e, para além de serem mães, demanda-se que alcancem um padrão de perfeição. Isso inclui ser a mãe ideal que amamenta exclusivamente, permanece em casa com os filhos por longos períodos e os cria da melhor maneira possível (Cavalcanti e Baía, 2017).

Portanto, dado que a maternidade é uma das imagens mais predominantes na cultura ocidental, com diversos significados vinculados ao “feminino normativo”, as questões relacionadas à reprodução se tornaram um terreno de intenso debate, gerando importantes reflexões sobre a subjugação das mulheres, a maternidade e o papel que ela desempenha ou pode desempenhar na emancipação feminina (Cavalcanti e Baía, 2017).

A idealização romantizada da maternidade funciona como uma forma de opressão de gênero. Quando, por diferentes razões, a mulher não corresponde ao padrão idealizado, ela pode experimentar sentimentos de preocupação e culpa, resultando em profundo sofrimento mental. Diante desse cenário de mudanças, percebe-se que alguns transtornos são comuns durante a gravidez, sendo a ansiedade e a depressão os mais prevalentes. A ansiedade materna, em particular, afeta uma em cada quatro mulheres durante a gestação (Dantas, 2018).

Além da gestação, o sofrimento mental também pode se manifestar durante o puerpério. Nesse período, são notadas mudanças emocionais, hormonais, físicas e comportamentais. A responsabilidade pelo filho modifica a percepção que a mulher tem de si mesma e do ambiente ao seu redor (Dantas, 2018).

A depressão perinatal é geralmente caracterizada como um episódio depressivo não psicótico, que pode variar de leve a grave, e pode ocorrer durante a gravidez ou até 12 meses após o parto. É a segunda principal causa de adoecimento entre mulheres globalmente e pode levar ao suicídio, um dos principais fatores de mortalidade entre mulheres em idade fértil. Os sintomas clínicos mais comuns incluem humor deprimido, medo, ansiedade, desânimo, e em alguns casos, pensamentos autodestrutivos ou desejos de causar dano ao bebê (Marques et al.,

2016).

Segundo a pesquisa de Marques *et. al.* (2016), para oferecer um atendimento completo às mulheres em todas as fases da vida, especialmente durante o ciclo gravídico-puerperal, é fundamental promover uma intervenção positiva no modelo de assistência atual no Brasil. O objetivo é garantir um atendimento justo, humanizado, eficaz e eficiente. A assistência deve ser integral e reconhecer os direitos humanos das mulheres, o que requer uma compreensão das necessidades específicas das mulheres que necessitam de cuidados de saúde mental, levando em consideração questões de gênero, fatores socioeconômicos e culturais.

No Brasil, a prevalência de depressão pré-natal é de aproximadamente 20%, semelhante à encontrada em países de alta renda. Dado que muitas mulheres em idade reprodutiva enfrentam dificuldades para acessar o sistema de saúde, o atendimento pré-natal é essencial para prevenir a depressão pós-parto e promover a saúde mental de gestantes e puérperas (Steen e Francisco, 2019).

Cada mulher vivencia a gravidez de forma singular, passando por diversas mudanças psicológicas, físicas, fisiológicas, sociais e emocionais. Embora na maioria das vezes seja um processo saudável, podem ocorrer alguns desvios da normalidade, que, quando identificados precocemente, podem ser monitorados adequadamente, evitando impactos negativos para a gestante e seu bebê (Guerra *et. al.*, 2014).

2590

O período pós-parto é marcado por um ajuste psicológico e adaptação ao novo papel de mãe. Nesse momento, ocorrem mudanças hormonais significativas, somadas ao cansaço decorrente do parto. Durante a gestação, a mulher experimenta altos níveis de ansiedade, com preocupações tanto sobre o bem-estar do feto quanto sobre sua própria saúde. As adaptações fisiológicas da gravidez podem gerar desconfortos que afetam o bem-estar físico e psicológico da mulher. A prevalência desses sintomas pode, em alguns casos, impactar negativamente sua qualidade de vida e suas relações com o bebê, o parceiro e outros familiares (Guerra *et. al.*, 2014).

A saúde mental é um conceito multifatorial que engloba componentes hereditários e biológicos, bem como a qualidade das relações sociais e a atitude do indivíduo em relação a si mesmo e aos outros. O termo "doente mental" não se limita ao diagnóstico ou psicopatologia, mas é definido pela presença de sofrimento psíquico. Caso a instabilidade emocional ocorra durante a gestação, a mulher enfrenta variações de humor devido aos altos níveis hormonais, exigindo um acompanhamento psicológico especializado nesse período (Romero e Cassino, 2018).

Cada mulher possui uma percepção única da maternidade, influenciada por seu histórico familiar e suas características pessoais. No pré-natal psicológico, a psicologia oferece acolhimento imparcial à gestante, esclarecendo questões sem julgamento e mantendo uma escuta terapêutica. Quando necessário, a psicologia encaminha a mulher para atendimento individual. Esse processo não envolve grandes custos e não depende de tecnologias avançadas (Romero e Cassino, 2018).

O autor Visintin (2016) aponta que a maternidade, enquanto uma experiência humana contemporânea, pode estar associada ao sofrimento social quando vivida sob determinadas condições de vida. Sugere-se que, em uma sociedade que gera sofrimento, a maternidade pode ser experienciada como um sofrimento social, atravessando diferentes classes sociais e situando-se concretamente. Apesar dos avanços significativos promovidos pelo feminismo, a mulher ainda é frequentemente vista como a principal e única cuidadora do filho.

Além disso, Visintin (2016) traz a ideia de que ainda persiste a crença de que a realização pessoal da mulher está intrinsecamente ligada à maternidade. O sofrimento materno está diretamente relacionado ao sofrimento dos filhos. O autor, através de sua pesquisa, observa que, em uma perspectiva existencialista, a experiência da parentalidade, quando vivida como uma obrigação, pode ser percebida de maneira especialmente dolorosa.

2591

A imposição da maternidade sobre as mulheres frequentemente as restringe ao ambiente privado, às tarefas domésticas e ao cuidado, o que, como já discutido, contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero. Não é por acaso que muitas feministas argumentam que a busca pela igualdade de gênero deve priorizar uma divisão equilibrada de responsabilidades entre homens e mulheres no cuidado com os filhos, já que, geralmente, essa função recai predominantemente sobre as mulheres (Carvalho *et. al.*, 2022).

Carvalho *et. al.* (2022) apontam que há uma perspectiva cultural que leva as mulheres a assumirem completamente o papel de mãe, fazendo com que se sintam culpadas por não conseguirem desempenhá-lo como idealizam ou acreditam ser a forma perfeita e sem falhas de cuidar dos filhos. A conhecida imagem da "mãe guerreira", que equilibra as responsabilidades do lar, do trabalho, do casamento e ainda se desdobra para ser a versão mais perfeita e idealizada de mãe para seus filhos, ilustra bem essa expectativa.

No que diz respeito aos sentimentos relacionados ao retorno ao trabalho, observa-se que, para as puérperas, esses sentimentos são intensos e a sociedade atual, com seu ritmo acelerado, acarreta problemas para a saúde mental dessas mulheres. Isso é evidenciado pelas participantes

da pesquisa realizada por Rodrigues *et. al.* (2022), que relatam sensações de cansaço e sobrecarga física e mental, falta de sono e excessivas cobranças no ambiente de trabalho.

Rodrigues *et. al.* (2022) apontam que o retorno ao trabalho foi considerado difícil ou negativo para a maioria, gerando sentimentos de ansiedade, tristeza, culpa e preocupação. Essas emoções são comuns durante o ciclo gravídico-puerperal, mas quando exacerbadas, podem levar a um colapso adaptativo do indivíduo. A sobrecarga associada aos papéis que a sociedade atual impõe às mulheres, desde tarefas domésticas, trabalho, filhos e marido, deveria ser uma fonte de realização, mas, na prática, resulta em diversos sentimentos negativos. Esses sentimentos muitas vezes se manifestam em problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e síndrome do pânico, conforme relatado pelas participantes (Rodrigues *et. al.*, 2022).

Carvalho *et. al.* (2022) discutem a questão da sobrecarga mental que afeta muitas mães, resultante da concentração de diversas responsabilidades apenas na figura materna. Sob a pressão da sociedade e a idealização da "mãe super-heroína" ou da "mãe guerreira", que deve lidar com tudo simultaneamente e ainda ser um suporte constante para os filhos e o marido, muitas mães enfrentam frustrações em seus objetivos e acabam experimentando um esgotamento físico e mental que impacta negativamente sua saúde.

Iaconelli (2023) destaca que a maternidade, cercada por expectativas idealizadas, nem sempre se traduz na experiência perfeita que a sociedade romantiza. Fatores socioculturais exercem grande influência na vida da família e na construção do novo sujeito. Medo, ansiedade, mudanças de humor, estresse, perda da identidade pessoal e até mesmo problemas de saúde e privação de sono são realidades comuns na transição para a parentalidade (Bonifácio, 2023).

Desse modo, faz-se evidente as possíveis contribuições da psicologia Perinatal, na medida em que, ao oferecer suporte e intervenções psicológicas adequadas, contribui para a construção de uma experiência positiva da perinatalidade (Laguna; Lemos; Ferreira; Gonçalves, 2021). Através de um trabalho multidisciplinar e humanizado, o psicólogo perinatal contribui para a construção de uma experiência positiva dessa nova realidade vivenciada pela maternidade (Bonifácio, 2023).

4. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelam que a maternidade é amplamente influenciada por construções sociais e culturais, que ao longo da história moldaram a percepção da mulher como cuidadora central do lar e dos filhos. Na contemporaneidade, essa idealização continua, gerando

um choque entre as expectativas de perfeição materna e a realidade vivenciada pelas mães, muitas vezes resultando em sentimentos de culpa e frustração. A pressão social para que a mulher seja uma "mãe ideal" também impacta diretamente seu retorno ao trabalho e a sobrecarga de papéis, conforme discutido por Laguna *et. al.* (2021) e Rodrigues *et. al.* (2022).

Além disso, os desafios emocionais da maternidade, como a depressão perinatal, são frequentemente subdiagnosticados, em parte, devido ao estigma em torno da idealização da mãe. A Psicologia Perinatal, desse modo, surge como um campo importante para oferecer apoio às mães, ajudando-as a enfrentar as transformações emocionais e reorganizar suas identidades. Isso é fundamental para lidar com a discrepância entre a experiência materna real e as expectativas idealizadas, conforme apontado por Iaconelli (2023) e Fonseca (2023).

Por fim, os dados indicam que, para melhorar a saúde mental das mães e promover uma maternidade mais saudável, é necessário avançarmos em políticas públicas que garantam suporte psicológico e equidade de gênero no cuidado com os filhos. O reconhecimento do impacto emocional da maternidade e a criação de uma rede de apoio, tanto familiar quanto social, são essenciais para reduzir a sobrecarga que recai sobre as mulheres, como destacam Carvalho *et. al.* (2022).

5. CONCLUSÃO

Este estudo explorou a história sócio-cultural da maternidade, evidenciando como a experiência materna é profundamente influenciada por contextos históricos e culturais. A análise existencialista revelou que a maternidade, longe de ser apenas uma consequência biológica, é uma construção social permeada por expectativas e desafios que moldam a identidade das mulheres ao longo de diferentes épocas.

A idealização da maternidade como instinto natural e o mito do amor materno, muitas vezes romantizados, foram desconstruídos à luz das pressões sociais contemporâneas. As mães, frequentemente sobrecarregadas por múltiplos papéis, enfrentam dificuldades emocionais que nem sempre são reconhecidas pela sociedade. A Psicologia Perinatal se destaca nesse cenário, oferecendo suporte vital para o bem-estar emocional das mães e promovendo um espaço de acolhimento para suas vivências.

Por fim, ao trazer à tona as dinâmicas de poder e gênero que influenciam a maternidade, este trabalho contribui para a discussão sobre a necessidade de redes de apoio mais robustas e de um olhar mais atento às singularidades da experiência materna. A reflexão crítica sobre

essas questões é essencial para que possamos construir uma sociedade mais equitativa e acolhedora, tanto para as mães quanto para seus filhos.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Cássia Ferrazza; SANTOS, Ana Paula; HASLINGER, Camille; COSTA, Elenara Farias Lazzarotto; RAMIREZ, Lígia Andrea Rivas; KRUEL, Cristina Saling. **Intervenção psicológica no período pós-parto em uma maternidade**, IV Jornada de Pesquisa em Psicologia UNISC, Santa Maria, Santa Catarina, Brasil, nov, 2011.
2. BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiencia vivida [1949]**. Tradução Sérgio Milliet. - 5. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
3. BONIFACIO, Camila Eufrazio. **A importância do acompanhamento psicológico durante a gestação e após o parto na perspectiva de mulheres gestantes e puérperas**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, Santa Catarina, p.31. 2023.
4. BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais, **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ ago 2011.
5. CARVALHO, Brenda Michaela Alves de Paula et al. **Desigualdade de gênero e os desafios da maternidade**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.
6. CAVALCANTI, Natália C. Silva Barros; BAÍA, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. **13º Mundo de Mulheres, 11º Fazendo Gênero: transformações, conexões, deslocamentos**, 2017.
7. CINTRA, Sones Lei Aparecida Domingues; CORREIA, Léia Bernal Sanches; TENO, Neide Araújo Castilho. **Pesquisa narrativa: Uma metodologia para compreender experiências formativas** . *Revista Brasileira de Desenvolvimento* , v. 6, n. 9, pág. 66451-66463, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n9-180.
8. CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa** . Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
9. DA SILVA SOUSA, Maria Goreti; DE OLIVEIRA CABRAL, Carmen Lúcia. **A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores**. *Horizontes*, v. 33, n. 2, 2015.
10. DANTAS, Fernanda Trajano. **Sofrimento Mental nas vivências da maternidade: Invisibilidade, dor e luta**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
11. DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. In: *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 1993. p. 358-358.
12. DIOGO, Fabiana Guido. **Cuidado e subjetividade: repercussões do Benefício de Prestação Continuada na vida de mães de crianças e adolescentes surdos**. 2015. Tese de Doutorado. [sn].

13. FONSECA, Rafaela Rodrigues da Silva. **A saúde mental materna no ciclo gravídico-puerperal: a psicologia perinatal pela perspectiva biopsicossocial**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Metropolitana de Anápolis, Anápolis, Goiás, Brasil, 2023.
14. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
15. GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.
16. GUERRA, Maria João *et. al.* Promoção da saúde mental na gravidez e no pós-parto. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, v. 1, p. 117-124, 2014.
17. HINTZ, Helena C. **Espaço relacional na família atual**. Família em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 155-172, 2007.
18. IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas de reprodução**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
19. LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos; LEMOS, Aline Priscila Subutzki; FERREIRA, Luísa; GONÇALVES, Camila dos Santos. Parto e perinatalidade: O papel do psicólogo hospitalar nesse contexto, **Research, Society and Development**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, v. 10, n. 6, 2021.
20. MACHADO, J. S. DE A.; PENNA, C. M. DE M.; CALEIRO, R. C. L.. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, out. 2019.
21. MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 2, p. 226-241, jul./dez. 2009. Universidade Luterana do Brasil.
22. MARQUES, Luzilene de Carvalho *et. al.* **Saúde mental materna: rastreando os riscos causadores da depressão pós-parto**. 2016.
23. MELGAREJO, Brenda Nunes. **A maternidade e as relações sociais de sexo no serviço de oncologia pediátrica em um hospital público no Sul do país**. 2023.
24. MENDONÇA, Maria Collier de *et. al.* **A maternidade na publicidade: Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. 2014.
25. MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; RABELO, Rosimeire Romeiro. O outro lado da história: a entrega de um filho para adoção. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 209-222, 2015.

26. MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004.
27. NEIMAN, Maria Paula. **Mães pós-modernas: uma análise do imaginário jornalístico a respeito das maternidades no Brasil na Folha de S. Paulo (2000-2010)**. 2023.
28. PINTO, Joana Plaza. Os gêneros do corpo: para começar a entender. **Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências**. Goiânia, Grupo Transas do Corpo, p. 33-44, 2004.
29. RAMOS, Danusa Silva. "Gênero e geração: permanências e mudanças na condição feminina." **Dissertação (Mestrado em Psicologia)—Universidade de Brasília, Brasília (2013)**.
30. RODRIGUES, Liana Nolibos *et. al.* Acolhimento e desafios no retorno ao trabalho, após a licença-maternidade em uma instituição de ensino. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 12, p. e44, 2022.
31. ROMERO, Sandra Leria; CASSINO, Luciana. Saúde mental no cuidado à gestante durante o pré-natal. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6, n. 2, 2018.
32. ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**, Acta Paulista de Enfermagem, Unifesp, São Paulo, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.
33. SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenologia [1943]**. Tradução Paulo Perdigão. - 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
34. SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. - Florianópolis: Ed. da USFC, 2011.
35. STEEN, Mary; FRANCISCO, Adriana Amorim. Bem-estar e saúde mental materna. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 4, p. III-IVI, jul. 2019.
36. TENO, Neide Araújo Castilho. **Rememorando Trajetórias: docência e identidade do professor em formação**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013.
37. VALENTE, Alana Karoline Fontenelle. **A maternidade é política: mobilização da maternidade por candidatas no instagram (2021-2022)**. 2024.
38. VÁZQUEZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 6, p. 167-181, 2014.
39. VISINTIN, Carlos Del Negro. **Maternidade e sofrimento social estudo de mommy blogs**. 2016.
40. ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 238-246, 2015.